



CPCAF: novo modelo na gestão 2011-2014

A primeira reunião de avaliação anual do Conselho de Planejamento e Controle da Ação Fiscal da Secretaria da Fazenda de Pernambuco, em 2011, marcou um novo modelo na análise dos resultados. A partir daí, a cada ano, o CPCAF vem integrando o corpo gestor e sendo reconhecido como estratégico para o alcance das metas da secretaria. Págs. 8 e 9



Entrevista Décio Padilha

O secretário da Fazenda de Pernambuco fala do crescimento da arrecadação estadual mesmo num ano difícil para a economia nacional e ressalta a importância do CPCAF para a gestão fazendária. Págs. 2 e 3



Fisco implanta data mining

Liderado pelo coordenador de Estudos Econômicos e Tributários, Antônio Lima, projeto vai além do cruzamento de informações e colocará a Sefaz-PE na vanguarda da mineração de dados. Pág. 7

Combate aos sonegadores do Sertão

Duas grandes operações desarticularam quadrilhas que atuavam no Araripe e no Vale do São Francisco. Pág. 10

Editorial

Esta edição do CPCAF Informa é extremamente simbólica. Marca o final de um ciclo de oito anos de modernização da Sefaz-PE sob os governos Eduardo Campos e João Lyra Neto. Temos muito o que comemorar ao final deste período marcado por saltos quantitativos e qualitativos. As mudanças trazem uma ampla renovação da Sefaz-PE que, revigorada, vem obtendo resultados, em muitos casos acima do previsto. Nessa edição traçamos um panorama dos programas, projetos, ações e iniciativas realizadas no Estado, com a participação de todos os fazendários.

Como líder do Fisco estadual, o secretário Décio Padilha faz um balanço da secretaria, resgata o histórico de modernização da pasta desde os anos 90 e fala sobre a importância estratégica da Sefaz-PE no Governo do Estado. Já o secretário executivo da Receita Estadual, Oscar Victor, apresenta um projeto que vai preparar a secretaria para um novo ciclo de avanços: os Núcleos Integrados de Fiscalização (NIFs), inspirados em modelos de economias mais desenvolvidas.

Incluimos ainda uma análise sobre o Conselho de Planejamento e Controle da Ação Fiscal (CPCAF), que reúne todas as áreas da secretaria numa instância coletiva por definição. Por isso, ouvimos a opinião de todos os gestores que participam direta ou indiretamente do conselho.

Nas reportagens, mostramos o que cada área que participa do CPCAF vem implementando, a exemplo da minuta para a nova Lei do ICMS, o programa de incentivos para a indústria automobilística e os maiores autos de infração na história da Sefaz-PE. Também abordamos a Operação Gipsita no Polo do Araripe, a desarticulação de empresas filtros no Vale do São Francisco, a regularização de empresas no Polo de Confeccões do Agreste, a geração de créditos fiscais e a automação de serviços para o contribuinte, entre outros assuntos.

Enfim, temos uma fotografia ampliada de como a Sefaz-PE, reoxigenada, encerra uma fase de grandes avanços e se prepara para o início de um novo ciclo. A partir de 2015, teremos no cargo de governador um dos executivos responsáveis pela modernização da pasta: o ex-secretário da Fazenda Paulo Câmara, a quem damos as boas-vindas e desejamos pleno sucesso no cargo mais importante do Governo de Pernambuco.

Gralênia Melo

Diretora do Conselho de Planejamento e Controle da Ação Fiscal (DCPCAF).



Entrevista: Décio Padilha

Avanços independentes da economia

O secretário da Fazenda de Pernambuco, Décio Padilha, assumiu a missão de fechar as contas do Governo do Estado no azul, mesmo diante do cenário macroeconômico adverso. Era necessário manter o ritmo de crescimento da arrecadação e preservar os investimentos num quadro de desaceleração econômica no país, com previsão de crescimento de 0,3%. Ex-secretário de Administração, Padilha exercita sua capacidade de gestão estratégica e de liderança no quadro fazendário, encarando as dificuldades com naturalidade e com a responsabilidade de quem está com a chave dos cofres do Estado.

Contribui para isso a experiência de quem entrou no Fisco há mais de 20 anos e passou por diversas áreas do serviço público. O secretário já ocupou os mais diversos cargos da Sefaz-PE, de coordenador Regional de Fiscalização de Mercadorias em Trânsitos, gerente do Departamento Técnico de Licitações e Contratos, passando pelo de Diretor de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito a membro do Conselho de Política Tributária. O currículo de Padilha inclui, ainda, o cargo de diretor da Companhia de Abastecimento de Água do Estado (Compesa), presidente do Conselho de Política de Pessoal do Estado, secretário de Administração, presidente do Instituto de Recursos Humanos (IRH) e presidente do Conselho Fiscal da Companhia Pernambucana de Gás (Copergás).

Formado em Administração pela Universidade de Pernambuco (UPE), o secretário admite contar com outra grande contribuição: o círculo virtuoso de modernização pelo qual a Sefaz-PE vem passando desde a segunda metade dos anos 90. Esse ciclo ganhou mais impulso nos governos Eduardo Campos e João Lyra Neto.

O que o senhor destaca como principal avanço na gestão da Sefaz-PE nos últimos quatro anos?

O mais relevante é o novo modelo de gestão do Fisco, que reproduz o estilo de gestão definida para o Governo do Estado. O modelo traz para o setor público o que há de melhor e mais moderno na iniciativa privada e contempla a participação efetiva dos gestores. Existe um planejamento estratégico, com objetivos e planos de ação. Esses planos tornam-se verdadeiros programas de trabalho associados a um monitoramento sistemático dos projetos em andamento. É possível ver o que está com desvio em relação às metas e são adotadas medidas corretivas para os desempenhos abaixo do planejado, possibilitando o realinhamento ao eixo da meta. A periodicidade é mensal. O tempo todo se consegue corrigir e aperfeiçoar as ações em curso.

Que exemplo o senhor daria desse modelo na Sefaz-PE?

O Conselho de Planejamento e Controle da Ação Fiscal, o CPCAF, é o melhor exemplo. Ele permite um amplo debate técnico integrado entre as esferas que planejam, executam, analisam e definem as metas da ação fiscal. Um detalhe importante é que as decisões do conselho são tomadas de forma colegiada. O secretário não toma decisões sem que antes o CPCAF tenha discutido a viabilidade de colocá-las em prática e a relação custo-benefício de cada uma delas.

Como o CPCAF funciona?

O conselho inclui desde gerentes de segmentos econômicos até as diretorias responsáveis pela arrecadação. São debatidos todos os aspectos das ações fiscais e seus

resultados. Então, há um sistema que se retroalimenta. Aquele que planeja, escuta e debate com aquele que vai executar a ação fiscal. Graças a este processo, o secretário da Fazenda, dispõe de um sistema permanentemente atualizado e embasado na expertise adquirida ao longo do tempo. O índice de efetividade da ação fiscal evoluiu de 23 para 40% em relação ao retorno esperado.

Como o senhor define a importância do conselho?

A partir da evolução nos últimos quatro anos, o CPCAF se tornou responsável diretamente pela qualidade e pelo nível estratégico das ações fiscais que são executadas. Consequentemente, quando se tem ações com um planejamento, avaliação e execução com nível de excelência, é possível atingir resultados expressivos do ponto de vista de arrecadação.

“Os investimentos em Tecnologia da Informação são um eixo importante no incremento da gestão fazendária”

Que outro aspecto o senhor destacaria na gestão?

Os investimentos em tecnologia da informação, tanto em desenvolvimento de sistemas e programas, como na aquisição de equipamentos e modernização de rede são outro eixo importante no avanço da gestão fazendária. Sem suporte tecnológico adequado não seria possível atingir



PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO

O CPCAF Informa é uma publicação da Secretaria da Fazenda de Pernambuco / Secretaria Executiva da Receita Estadual.

Rua do Imperador Dom Pedro II, s/nº - Recife-PE
CEP 50010-240 Fone: 0800-2851244

Governador do Estado | João Lyra Neto
Secretário da Fazenda | Décio Padilha
Secretário Executivo da Receita Estadual | Oscar Victor
Secretário Executivo do Tesouro Estadual | Lincoln Santa Cruz
Secretária Executiva de Coordenação Institucional | Mona Lygia Carvalho
Diretora da DCPCAF | Gralênia Melo
Diretora de Comunicação | Silvana Victor

Coordenação Editorial | Silvana Victor
Edição | Etienne Ramos
Reportagem | Fernando Ítalo
Produção: Rayanne Marinho
Fotografia | Fernando Ítalo, Rayanne Marinho, Victor Francisco e Mariana Alexander
Diagramação | Gutenberg Lima
Projeto Gráfico | Clara Negreiros



mos o grau de eficiência necessário no CPCA, no planejamento orçamentário e nem no controle do Tesouro. É graças à infraestrutura e aos sistemas que temos realizado o acompanhamento do fluxo de caixa e os balanços orçamentários, com vistas ao resultado primário das contas públicas. Por meio da TI, é que se pode executar os controles exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e produzir as informações econômico-financeiras previstas na legislação.

De que forma a tecnologia contribui para o avanço de qualidade na secretaria?

O e-Fisco, nosso sistema de administração financeira e tributária, referência nacional, é o principal exemplo. É sucessor do Sistema Integrado de Administração de Estados e Municípios, o Sifem. E por que é referência? Por ser mais do que um sistema operacional. Ele viabiliza não apenas o acompanhamento contínuo da arrecadação e o controle dos gastos. É uma ferramenta gerencial com todos os elementos necessários para os controles fazendários em um processo decisório. Temos, portanto, uma ferramenta para a tomada de decisão com os dados atualizados e muitas vezes em tempo real.

A arrecadação do ICMS correspondeu às expectativas?

De janeiro de 2006 até dezembro de 2013, tivemos um crescimento nominal de 141,6%. Descontada a inflação do período pelo IPCA, que foi de 45,9%, chegamos a um crescimento real de 95,7% - um resultado extraordinário. Vale frisar que o caixa do Estado vem se mantendo, basicamente, com o ICMS, que representa 72% de toda a receita. A arrecadação do tributo cresceu, nominalmente, 8,1% no segundo quadrimestre de 2014 comparado com 2013, passando de R\$ 7,4 bilhões para R\$ 8 bilhões nos oito meses analisados. A meta é fechar 2014 com R\$ 13 bilhões. Um detalhe fundamental é que estamos fazendo um grande esforço para aumentar a arrecadação, sem

e elevar a carga tributária. Isso envolve a modernização da Sefaz-PE, o planejamento sistemático das ações fiscais e a capacitação dos auditores. Estes fatores foram decisivos para que o ICMS, que depende fundamentalmente do consumo, crescesse num cenário econômico desfavorável. Este ano, a economia do Brasil vai crescer 0,3%; cresceu 2,3% em 2013; 1% em 2012 e 2,7% em 2011. Temos, portanto, uma em média, de 1,6% nos últimos quatro anos. Enquanto isso, a economia global, pelas projeções do Fundo Monetário Internacional, vai crescer 3,3% e a dos países da América Latina e Caribe, 1,3% em 2014.

Como foi possível atingir o incremento no ICMS?

De 2007 até hoje, não aumentamos alíquota, nem elevamos base de cálculo, ou seja, não aumentamos carga tributária. Tudo foi feito com o esforço dos auditores – que destaque como o elemento mais importante. Além disso, tivemos uma grande contribuição do modelo de gestão e do uso da tecnologia. Vale ressaltar que durante esse período tivemos uma redução do quadro em aproximadamente 100 auditores, aposentados por tempo de serviço. Realizamos um concurso para o preenchimento de 25 vagas em setembro desse ano, após 20 anos desde o último concurso.

Que outras ações foram determinantes para os resultados da Sefaz-PE?

A melhoria do planejamento da ação fiscal, a capacitação dos auditores, o aperfeiçoamento da legislação tributária e o investimento pesado em modernização foram medidas decisivas para o sucesso da secretaria nas últimas gestões do Estado, desde os anos 1990. Nossos resultados se devem a ações e programas desenvolvidos ao longo de vários governos. Podemos citar o Programa de Modernização da Fazenda, o Promofaz, do fim da década de 1990, que foi muito importante para capacitar os atuais gestores da pasta e teve continuidade com o Profisco e similares. Isso gerou uma safra de gestores capacitados

na secretaria e que, em muitos casos, assumiram cargos estratégicos do primeiro e segundo escalão do governo.

Como o senhor analisa a contribuição do ex-governador Eduardo Campos?

Eduardo Campos, no cargo de secretário da Fazenda, no final dos anos 90, praticamente criou uma nova secretaria, com fortes investimentos em profissionalização do Fisco e valorização dos servidores de carreira. Foi ele quem implantou o primeiro grande programa de modernização da administração fazendária, o Promofaz, com investimentos de US\$ 28 milhões destinados à capacitação de servidores, TI, aquisição de equipamentos e construção e reforma de unidades. Como governador, Eduardo garantiu ao Fisco todas as condições para que a secretaria desse um grande salto em sua estrutura e gestão.

E do futuro governador e ex-secretário da Fazenda de Pernambuco, Paulo Câmara?

Como secretário da Fazenda, Paulo Câmara deixou uma marca: a habilidade diferenciada nas relações interpessoais, criando um clima de excelente convivência entre a administração fazendária, o Sindifisco-PE, auditores e contribuintes. Nesse ambiente, houve uma grande melhoria no clima organizacional da instituição e se tornou possível implementar ações estruturadoras com impactos positivos no funcionamento da secretaria e nos resultados. Entre as ações de sua gestão, tivemos a implantação do Profisco, que destinou R\$ 30 milhões a TI, aquisição de equipamentos e capacitação. Câmara foi responsável pela criação das diretorias de Fiscalização Estratégica, a DFE, que acompanha os maiores contribuintes do Estado, e de Operações Especiais, a DOE, executora de importantes ações pontuais que demandam um esforço maior de planejamento e inteligência fiscal. Criou ainda o laboratório técnico da Sefaz-PE, fez a renovação completa do quadro de viaturas da fiscalização e retomou a nova sede da III RF, em Petrolina.

“O secretário não toma decisões, sem que antes o CPCA tenha discutido a viabilidade de colocá-las em prática e sua relação custo-benefício”

A atuação do Fisco de Pernambuco é reconhecida nacionalmente. Como continuar a ser referência?

Precisamos manter a sistemática de gestores escolhidos exclusivamente pela meritocracia. E permanecer como uma esfera do poder público que desenvolve projetos inovadores e de repercussão nacional, como é o caso dos NIFs. Além disso, a secretaria precisa continuar sendo uma referência técnica nos debates nacionais sobre a reforma tributária, especialmente no que se refere ao ICMS.



Gestão colegiada garante quatro anos de sucesso

Oscar Víctor | Secretário Executivo da Receita Estadual

A Secretaria Executiva da Receita Estadual (SRE) fecha em 31 de dezembro de 2014 uma gestão de quatro anos com muitos avanços nas questões tributárias. Em várias frentes obtivemos sucesso e satisfação no trato com os diferentes setores que integram a equipe técnica da Receita Estadual. A arrecadação realizada hoje é fruto dos trabalhos empreendidos meses antes e é por isso que temos que estar pensando a médio e longo prazo, criando projetos que serão solução mais adiante. Assim, temos tratado a Gestão da SRE com investimentos em tecnologia, em recursos humanos e em soluções exclusivas, pois estamos falando de nos anteciparmos no tempo.

Foi pensando assim, que nossos antecessores colocaram a nossa secretaria como referência e é com esse compromisso – manter o legado que estamos investindo em várias soluções inéditas que contribuirão para o alcance das metas das gestões futuras.

Com essa edição do Jornal CCAF, concluímos o ciclo da Gestão 2011 – 2014. Aqui, poderemos conhecer alguns dos projetos que foram implantados durante esse período e saber diretamente dos diretores responsáveis pela condução e implantação, todos os detalhes inerentes aos mesmos. Mas, discorrerei aqui, sobre dois desses projetos que julgo emblemáticos. Um é o que se encontra em desenvolvimento e que trata da definição do potencial de cada um dos municípios, possibilitando identificar a diversidade e a capacidade contributiva do Estado como um todo. Esse trabalho nos permitirá identificar o gap existente entre o que arrecadamos e o “quantum” é possível arrecadar. Precisamos evoluir nas definições das metas para um modelo com base nas possibilidades reais de arrecadação, cuja meta nos conduz na aplicação dos nossos recursos, com maior assertividade.

Assim, contratamos uma consultoria, e estamos concluindo vários estudos sobre o impacto dos grandes projetos estruturadores na arrecadação do ICMS como mais um elemento formador de nossa potencialidade de contribuição. Esse estudo permitirá, por exemplo, fazer a comparação antes referida, da participação na arrecadação de cada município, com o seu respectivo Índice (IPM).

O segundo projeto trata da implantação do Núcleo Integrado de Fiscalização – NIF. Desde a criação do Conselho de Planejamento e Controle da ação fiscal que apenas as ações fiscais de estabelecimentos são acompanhadas e analisadas pelo CCAF. Isso mudará gradativamente com a implantação dos Núcleos Integrados de Fiscalização (NIF). O projeto, em implantação, consiste em uma combinação de fatores que possibilitarão agregar o efetivo fiscal lotado nas unidades fiscais e redirecionar a energia produtiva, criando uma sinergia em prol da fiscalização tributária. É graças aos novos equipamentos tecnológicos, aos softwares de ul-



tima geração e às informações que procedem das notas fiscais eletrônicas que estamos implantando esse sistema. O benefício maior ficará para os contribuintes participantes, que terão seus custos de logística substancialmente reduzidos. Dessa forma, todos os envolvidos saem ganhando.

Com o crescimento dos volumes transportados que passam em nossas fronteiras e a abertura de diversas novas estradas ligando Pernambuco aos estados vizinhos, os atuais postos fiscais ficaram obsoletos. A fiscalização de trânsito de mercadorias de todo o Brasil está passando por um grande dilema: quando importadores necessitam do controle físico das mercadorias que entram em seus estados, há vários que estão abrindo postos fiscais. Mas, o que mais nos intriga, é o fato de outras Unidades da Federação fecharem ou reduzirem suas estruturas de controle, sem um necessário estudo que anteceda essa medida – mesmo quando precisam controlar suas fronteiras. Estamos vivendo um momento de transição e incertezas do ponto de vista do futuro tributário e, portanto, não temos convicção formada, seja quanto a seguir com o controle ou com a extinção das fronteiras. Temos, porém, a certeza de que não podemos abrir mão da receita de R\$ 180 milhões/mês decorrente da Antecipação Tributária, atualmente controlada por esse sistema.

Foi a partir dessa equação de muitas variáveis que a Gestão Tributária resolveu investir em um modelo flexível, dinâmico e sem perder de vista o controle fiscal. O modelo adotado ampliará a fronteira fiscal controlada e possibilitará ao contribuinte parceiro, agilidade e redução do custo com transporte de carga para o nosso Estado.

Os postos fiscais serão transformados em Núcleos Integrados de Fiscalização onde, a partir de estudos já realizados, serão fechadas unidades menos estratégicas em favor de outras melhor localizadas, direcionando o contingente de auditores para ações consideradas

mais estratégicas. Associados a essa nova estrutura, serão instalados equipamentos e softwares que terão o papel de selecionar os veículos a serem fiscalizados. Serão, também, direcionadas para essas equipes ações fiscais de baixa complexidade e vinculadas aos municípios de sua abrangência.

Como parte do projeto, foram instaladas balanças eletrônicas nas vias de acesso ao posto fiscal de Xexéu, nos dois sentidos, que pesam os veículos de cargas em movimento, e câmaras fotográficas com OCR, que possibilitam agregar a respectiva placa do veículo ao seu peso e à sua imagem. Essas informações serão cruzadas com as informações prestadas anteriormente pelo contribuinte credenciado e pelas informações procedentes das notas fiscais eletrônicas emitidas. Assim, antes mesmo do veículo chegar ao posto fiscal o sistema poderá informar ao motorista, pelo placar eletrônico lá instalado, sua “passagem liberada” ou sua “parada obrigatória”, reduzindo a parada nos postos, inicialmente em 70%. Com essa redução de tarefas, estamos redirecionando as atividades desenvolvidas nos antigos postos fiscais para as ações fiscais demandadas pelo CCAF e, ainda, permitindo aos contribuintes credenciados o livre trânsito.

Foi através do trabalho conduzido de forma colegiada, a partir das reuniões semanais com todos os diretores da SRE e com a colaboração da Superintendência Jurídica da Fazenda, que pudemos chegar ao final de mais uma etapa de nossa trajetória profissional fazendária. Atribuo os propósitos alcançados à participação equânime de todos os componentes da equipe. Tivemos o prazer de fazermos parte de um momento histórico, integrando uma equipe capitaneada por aquele que viria a ser o Governador de Pernambuco. Sem deixar de registrar, aqui a profunda tristeza que se abateu sobre todos nós em decorrência da perda de nosso eterno secretário Eduardo Campos. De toda sorte, chegamos ao fim da atual gestão com o sentimento de dever cumprido. Muito obrigado e parabéns a todos!



Estado terá nova lei do ICMS



Grupo de trabalho da Diretoria de Tributação e Orientação concluiu o projeto da nova legislação

A Diretoria de Tributação e Orientação (DTO) concluiu e enviou ao Governo do Estado um projeto de lei estadual fundamental para as relações econômicas no mercado local e para a Secretaria da Fazenda de Pernambuco. É a proposta da nova legislação do ICMS, produzida pelo grupo de trabalho especial (GT) formado por 15 auditores da diretoria. O objetivo é unificar as normas legais e retirar dispositivos já revogados, além de modernizar e simplificar o texto.

O projeto será um dos produtos mais importantes da atual gestão da Sefaz-PE e integra o planejamento estratégico da secretaria”, adianta o gerente de Orientação e Tributação, Marcos Auto. “Fizemos uma grande limpeza e produzimos um texto com cerca de 45 artigos. Os principais objetivos são diminuir as demandas judiciais con-

tra a Sefaz, graças a uma legislação mais clara”, acrescenta. “Isso é muito bom tanto para os contribuintes, quanto para os auditores. Esperamos uma demanda menor de consultas pelas empresas e menos erros de interpretação”, avalia.

Pernambuco tem uma situação de grande complexidade legal na área do ICMS, imposto responsável, atualmente, por 72% de toda a receita do Estado. O tributo, criado pela Constituição Federal de 1988, dependia de uma lei complementar federal, que só foi publicada em 1996. Durante esse tempo, os estados produziram suas legislações para o imposto com base no convênio ICMS 66/88. Em Pernambuco, foi publicada a lei 10.259/89, regulamentada pelo decreto estadual 14.876, de 1991.

Em 1996, a maioria dos Estados optou por adaptar suas legislações à recém-criada lei complementar federal 87, que trouxe dispositivos inovadores e, em alguns casos, conflitantes como o convênio 66. Pernambuco decidiu fazer uma nova lei, a 11.408/96, com a proposta de definir o que realmente continuava em vigor. O que não estivesse disciplinado no novo texto permanecia seguindo as normas da 10.259/89. Na prática, é como se houvesse duas legislações em vigor, o que abre espaço para controvérsias e contestações judiciais pelos contribuintes.

“No concurso público mais recente da Sefaz, os candidatos tiveram que estudar as duas leis”, aponta o auditor Romero Auto, que integra o GT. A previsão é encerrar essa dicotomia em 2015. Só para se ter uma ideia da simplificação, a lei 10.259/89 tem 104 artigos que se somam aos 23 da 11.408/96. Além de mais enxuta, a nova legislação vai concentrar informações hoje distribuídas em várias leis, como as alíquotas estaduais para os diversos segmentos econômicos. Por outro lado, alguns dispositivos serão retirados. “Avaliamos que existem assuntos que não deveriam ser objeto de lei e sim de decretos”, afirma o auditor Glenilton Bonifácio. Ele chama a atenção para a oportunidade de se produzir uma legislação com uma densidade crítica maior e atendendo plenamente à jurisprudência, 18 anos após a criação da 11.408/96. “Fizemos um estudo minucioso, analisando a lei do ICMS em outros Estados e incorporando todas as súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto”, ressalta Bonifácio.



Prodeauto em velocidade máxima

O Programa de Desenvolvimento do Setor Automotivo do Estado de Pernambuco (Prodeauto), criado em 2008 para conceder incentivos fiscais à cadeia automotiva, ganhou impulso após a decisão de uma indústria automobilística de se instalar em Goiana. Com o aperfeiçoamento do sistema, o Prodeauto vai fechar 2014 em velocidade máxima e a marca de 18 empresas solicitantes entre janeiro e outubro deste ano, o dobro do número registrado em 2013.

As mudanças visam garantir maior captação de investimentos. A alteração mais recente permitiu a extensão dos benefícios às empresas que produzem bens destinados a integrar o ativo fixo do setor automobilístico, como equipamentos para a fábrica. Como resultado, Pernambuco conseguiu atrair, entre outros fabricantes, o fornecedor de sistemas de transporte para a linha de produção da empresa âncora do polo automotivo e a fábrica de robôs que estão montando os veículos em Goiana.

A previsão é que a operação comece em 2015 e que as empresas do polo gerem cerca de 8 mil empregos. “O Prodeauto é um programa que vai permitir ao Estado deixar de ser apenas consumidor da indústria automobilística. Passaremos a ser produtores e em condições de competitividade para entrar no mercado global, exportando veículos”, define o gerente de Controle e Acom-

panhamento de Benefícios Fiscais, Roberto Freire. O Prodeauto, segundo ele, é o grande legado que a atual gestão da Sefaz -PE deixa para o futuro na atração de negócios. Isso por que outros sistemas de incentivos, como o Programa de Desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco (Prodinpe) e o Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe) já estão consolidados.

Em linhas gerais, são beneficiados os estabelecimentos industriais do setor, chamados sistemistas (fornecedores de autopeças), e os comerciais atacadistas de veículos nacionais e importados. A lista de empresas contempladas pelo Prodeauto inclui fabricantes de tintas, bancos, pneus e sistemas de ignição, entre outros integrantes da cadeia.

“É um programa moderno e transparente, com todas as informações incluídas em leis e portarias publicadas no Diário Oficial do Estado. O mais importante é que nos coloca em condições de atratividade semelhantes

às de outros Estados que contam com a indústria automobilística”, também beneficiadas, acrescenta a chefe da Unidade de Benefícios Fiscais, Patrícia Santos. A lei que regulamenta o Prodeauto é a 13.484, de junho de 2008. A portaria 187, de novembro do mesmo ano, fixa as condições para credenciamento e descredenciamento das empresas.

Roberto Freire destaca a agilidade na avaliação dos pleitos. “A análise é rápida. O resultado pode sair em poucos dias, desde que os projetos atendam às condições legais”, acrescenta. Por outro lado, assim como nos outros sistemas de benefícios, a Sefaz-PE acompanha de perto a instalação e operação, para evitar irregularidades.



Roberto Freire (de azul) e a equipe do programa: análise rápida e fiscalização rigorosa



Sistemas melhoram serviços e arrecadação

Automatizar e integrar serviços para melhorar a qualidade do atendimento aos contribuintes, combater a sonegação e incrementar a arrecadação. Essas são as prioridades da Diretoria Geral de Antecipação e Sistemas Tributários (DAS), que tem contribuído para um salto de modernização da Sefaz-PE. “Ao investir fortemente em tecnologia da informação (TI), estamos facilitando a vida dos cidadãos e otimizando as rotinas dos servidores da secretaria. O resultado se reflete na Receita Tributária”, analisa o gerente geral da DAS, Roberto Neves.

A Contestação Eletrônica do ICMS antecipado é o melhor exemplo de como a vida do contribuinte pode ficar mais simples. Para a implantação desse sistema a DAS evoluiu, inicialmente, na qualidade da parametrização do cálculo da antecipação.

Antes, era necessário o atendimento presencial nas agências da Receita Estadual (AREs) para que as empresas sujeitas ao regime pudessem contestar o cálculo do ICMS antecipado.

A partir de 2014, a operação passou a ser realizada pela internet, no site da Sefaz-PE. Com a conclusão do sistema, os contribuintes receberão via internet a informação de sua compra em até 24 horas, podendo constatar a realização do negócio, checar valores de aquisição e o possível valor a recolher, nos prazos previstos. “Atualmente, 90% das contestações já são realizadas pela web”, destaca o gerente.

O pagamento da notificação de débito do IPVA também se tornou mais fácil. Antes, os inadimplentes notificados tinham de comparecer ao Detran ou a Sefaz-PE



Roberto Neves (de terno) e a equipe da DAS trabalham com foco na modernização constante de processos, procedimentos e serviços

para se regularizarem. Com a automação, implantada em 2013, o procedimento passou a ser feito no site do Detran, com pagamento diretamente pela internet.

Outro serviço prestado ao contribuinte foi a consulta pública, em 2011, no portal da Sefaz-PE, da lista de devedores inscritos na dívida ativa do Estado. Esse serviço foi parte de um projeto maior, concluído em novembro de 2013. “Tornamos regular o envio para positivação na Serasa dos devedores do ICMS e do IPVA inscritos na dívida ativa do Estado”, detalha Roberto Neves.

Já o sistema de denegação de autorização de nota fiscal eletrônica para destinatários não habilitados foi implementado pela Sefaz-PE em 2012. Pernambuco fez parte do grupo inicial de cinco Estados que foram pionei-

ros e se integraram para reprimir esquemas de sonegação das empresas montadas para burlar a fiscalização. O sistema impede que contribuintes em situação cadastral irregular possam ser o destino para emissão de notas fiscais eletrônicas.

Os indicadores mostram que a DAS está no caminho certo. O número de processos físicos em todas as AREs do Estado caiu de 134 mil entre janeiro e setembro de 2013 para 72 mil no mesmo período de 2014. Uma redução de praticamente 53%.

A meta da Sefaz-PE é, em alguns casos, automatizar totalmente serviços e procedimentos. Com isso, é possível melhorar o atendimento aos contribuintes, além de direcionar a mão de obra para outras atividades.



E-Fisco terá módulo de segurança em 2015

Buscando avanço em sua missão institucional a Diretoria de Inteligência Fiscal-DIF incorporou a responsabilidade de, ao final de cada trabalho, apontar sugestões que venham inibir a reincidência da fraude investigada, seja no âmbito legislativo, administrativo fiscal ou tecnológico.

Em 2015, será iniciada a implantação de um projeto pioneiro entre as secretarias da Fazenda de todo o País proposto pela Diretoria de Inteligência Fiscal (DIF). O acesso ao e-Fisco passará a contar com um módulo de segurança a ser baixado, gratuitamente, nos computadores utilizados pelos contribuintes. O modelo foi inspirado no setor bancário, que já utiliza, com sucesso, esse tipo de software desde os anos 2000.

O diretor de Inteligência Fiscal, Luiz Rodolfo de Araújo, explica que o interesse pelo módulo surgiu da necessidade de garantir mais segurança na relação tributária no tocante à identidade do contribuinte acessante. “O módulo, quando estiver plenamente implantado, vai permitir a identificação de todas as máquinas utilizadas pelos contribuintes para acessar o e-Fisco. Será criada uma chave identificadora única para cada computador. A partir daí, a secretaria terá um banco de dados com o histórico de acessos dessas máquinas ao nosso sistema e, pos-

teriormente, trabalharemos para implantá-lo no ambiente da nota fiscal eletrônica”, explica.

Com o módulo, a Sefaz poderá identificar, em tempo real, comportamentos suspeitos ou atípicos, possibilitando uma reação imediata, como o bloqueio de acesso. Será um grande avanço. Fraudes como a criação de empresas “filtro” e a emissão de notas fiscais “frias” se tornarão muito mais difíceis de serem praticadas.

A DIF vem trabalhando nesse projeto desde as operações realizadas em 2011 e 2012 pela secretaria – como a Operação Gipsita - desmontaram esquemas de sonegação fiscal com forte utilização de recursos de Tecnologia da Informação (TI).

Um dos crimes praticados pelos sonegadores era a falsificação e venda de Notas Fiscais Eletrônicas-NFe’s. “A existência de quadrilhas com uma forma de atuação mais sofisticada evidenciou que apenas a certificação digital não era o suficiente para combater e prevenir a ação dos fraudadores”, destaca Luiz Rodolfo.

Os estudos realizados pela DIF apontaram o setor bancário como exemplo a ser seguido. Essa fase de benchmarking incluiu reuniões e visitas técnicas ao Centro de Controle do Banco do Brasil, em Brasília. A etapa posterior foi escolher o mesmo software em uso pelas grandes



Luiz Rodolfo coordena o projeto, inspirado no setor bancário

instituições do setor. A opção foi investir num programa já testado e consolidado no mercado.

A expectativa é de que a iniciativa se torne uma referência nacional. O projeto foi apresentado por Pernambuco, em 2014, no encontro que reuniu as áreas de inteligência fiscal de todos os Estados e a Receita Federal, realizado em Campo Grande (MS). “Algumas secretarias aguardam a implantação e os resultados da Sefaz para implementar projetos semelhantes”, comemora o diretor.



Secretaria da Fazenda na era do data mining



Marciano Alves, Lúcia Rocha, Cosme Maranhão e Roberta Cavalcanti formam grupo de trabalho à frente do projeto

A Sefaz vai entrar na era do data mining. Conhecido no Brasil como, mineração de dados, o processo, que vai muito além do simples cruzamento de informações, permite explorar grandes quantidades de dados à procura de padrões consistentes, como regras de associação ou sequências temporais. O objetivo é detectar relacionamentos sistemáticos entre variáveis, detectando assim novos subconjuntos de dados.

O Projeto Data Mining representa investimentos de R\$ 1,3 milhão, com recursos do Projeto de Apoio à Modernização e à Transparência da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco (Profisco). A Coordenação de Estudos Econômicos Tributários (CEET) está à frente dos trabalhos, em parceria com diversas áreas da Sefaz-PE.

“É um sistema que vai representar o antes e o depois do que conhecemos como Secretaria da Fazenda”, afirma o auditor Cosme Maranhão. “O data mining aplica métodos estatísticos e matemáticos para buscar informa-

ções que não estejam perceptíveis numa base de dados. Dessa forma, cria condições para se analisar um universo muito amplo de dados e de forma precisa”, acrescenta.

A Secretaria da Fazenda de Pernambuco contratou uma empresa do Porto Digital do Recife – um dos polos de tecnologia mais importantes do país. “Alguns Estados que estão implantando o data mining, como São Paulo e Minas Gerais, optaram por adquirir soluções já em uso no mercado. Nós preferimos desenvolver um sistema para garantir o nível adequado de customização. Será algo feito sob medida para as nossas demandas”, explica o auditor Marciano Alves.

O sistema vai contar com cinco soluções. As duas primeiras serão implantadas até o final de dezembro deste ano. A primeira, já em fase de teste, é a Previsão de Arrecadação Utilizando Variáveis Externas, que será fundamental para proporcionar mais assertividade nos estudos sobre o comportamento da receita do ICMS. A partir

de indicadores como variação do Produto Interno Bruto (PIB), consumo de energia, produção industrial e vendas no comércio, a Sefaz-PE terá condições de estimar o desempenho do ICMS com maior nível de precisão que o conseguido com as ferramentas hoje disponíveis.

A segunda, em fase de desenvolvimento, é a solução Classificação dos Contribuintes em Uma Matriz de Risco de Sonegação, que vai produzir subsídios para o planejamento e definição das ações fiscais. Ela irá possibilitar maior eficácia ao identificar empresas e setores com maior número de irregularidades e definir níveis de risco de infração.

As três soluções restantes ficarão para 2015. A Análise das Condições de Pagamento em Caso de Renegociação de Débitos Fiscais visa estabelecer critérios de classificação para a concessão de parcelamentos. “Hoje, muitas empresas pedem a renegociação, sabendo que não têm condições de pagar. Quitam as parcelas iniciais e deixam as seguintes em aberto. A ideia é coibir essa prática com o uso da tecnologia”, frisa a auditora Lúcia Rocha.

A solução Consolidação das Características de Empresas Potencialmente Danosas também vai reforçar a prevenção à evasão fiscal. A ferramenta identificará a possibilidade de se tratar de uma empresa constituída por sócio “laranja” no momento em que for solicitar inscrição no Cadastro de Contribuintes da Fazenda, impedindo a formalização.

Por último, a Identificação de Cargas em Trânsito Suspeitas de Sonegação vai otimizar a operação dos postos fiscais, apontando quando uma carga apresentar indícios de irregularidades. Essa informação subsidiará o Sistema de Fiscalização por Exclusão, instalados nos Núcleos Integrados de Fiscalização (NIFs).



GMAF viabiliza upgrade na gestão da ação fiscal

O gerenciamento da ação fiscal ganha um programa de acompanhamento de resultados desenvolvido para proporcionar ao gestor/usuário uma informação *in time*, nos moldes da GMR – Gestão Matricial da Receita. “Estamos concretizando um antigo anseio da gestão”, destaca Mirtes Mariano, Gerente de Coordenação Técnica da Fiscalização de Estabelecimentos.

Após seis meses de desenvolvimento, a solução Gestão Matricial das Ações Fiscais (GMAF) entra em fase de implantação no final de 2014.

O programa, que será utilizado pela DCPCAF e Diretorias de Planejamento e de Execução, vai representar um upgrade nos processos. A gestão da ação fiscal ganhará mais dinamismo e mecanismos efetivos para o acompanhamento e controle.

O GMAF, desenvolvido pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), utiliza como plataforma o QlikView, ferramenta de business intelligence (BI), ou inteligência empresarial, voltada para a tomada de decisões.

Uma das vantagens da ferramenta é ter processos in memory. O acesso a essas informações se torna bem mais

rápido. Além disso, o layout do QlikView é moderno e amigável, facilitando a interface com o usuário.

“A solução vai aprimorar as rotinas das diversas diretorias. No dia a dia, será possível acompanhar, praticamente em tempo real, tanto os resultados positivos das áreas que integram o conselho, como identificar pontos críticos. Será um salto de qualidade para gestão”, afirma a analista de BI do projeto do GMAF, Eronita Leijden. Ela detalha que a solução tem três fases. Duas são automáticas: a extração dos dados a partir do e-Fisco - o sistema corporativo da Sefaz-PE - e a transformação e modelagem para o ambiente do GMAF. A terceira é a apresentação dos dados de acordo com a necessidade do usuário.

Dírley Magalhães, analista de BI da Sefaz-PE, destaca que o programa também vai incrementar e agilizar a produção de apresentações pelo gestor/usuário. Atualmente, este processo é manual e exige a definição de um ponto de corte para a coleta de informações, com prazo em torno de dez dias antes de cada encontro. O processo, que pode exigir duas semanas na forma tradicional, será automatizado. O usuário produzirá um roteiro e, na reunião, utilizará os dados mais recentes, pois o GMAF é atualiza-



Dírley e Eronita ressaltam o impacto na tomada de decisões

do diariamente. Os indicadores de resultados serão gerados com um clique.

Dírley conta que o projeto foi desafiador, pois envolve, por exemplo, o cruzamento de informações de ações fiscais, arrecadação do ICMS e o levantamento e geração de débitos fiscais. “O empenho e esforço da equipe tem valido a pena. Estamos chegando a um resultado que vai contribuir para a modernização da DCPCAF”, comemora.



Abílio Xavier
Benefícios Fiscais

“O ponto forte que destaco na atual gestão é a integração do corpo diretor. Graças a essa sinergia, estamos conseguindo cumprir a missão da Sefaz, que é prover o estado com os recursos necessários para atender às demandas da população”



Anderson Freire
Operações Estratégicas

“A abrangência do planejamento e o foco em resultados marcaram a ação do CPCAF nessa gestão da Sefaz. Com isso, tornamos as ações fiscais mais eficientes e assertivas”



Antônio Lima
Estudos Econômicos Tributários

“O profissionalismo e a eficiência têm sido as marcas da atual gestão da Sefaz. Para atingir esse nível de excelência, investimos em capacitação, o que contribuiu para formarmos uma equipe extraordinária”



Benedito Santos
RF Caruaru

“Houve uma grande mudança na Sefaz, tanto na cultura quanto na estrutura e processos. Em resumo, a secretaria atingiu um novo patamar de gestão graças ao foco num trabalho planejado e na geração de resultados”



Flávio Mota
RF Norte

“A estrutura matricial implantada na Sefaz-PE trouxe não apenas resultados em termos de arrecadação. A transparência também está na ordem do dia, tanto para o corpo fazendário, quanto para o contribuinte”



Francisco Duarte
RF Sul

“A Sefaz-PE passa por um processo evolutivo na infraestrutura, sistemas, planejamento e execução. O resultado foi a melhoria da produtividade e um salto de qualidade nos resultados, que tem como um dos melhores exemplos o crescimento da arrecadação acima da média nacional”



José Carlos Auto
Fiscalização Estratégica

“Aprimoramos o modelo de gestão. Houve uma reestruturação organizacional da administração tributária, o que proporcionou maior eficiência da fiscalização e um incremento nos resultados da secretaria”

Decisões integradas qualificam ação fiscal

Pernambuco atravessa um momento de crescimento que impacta diretamente no cotidiano da Secretaria da Fazenda. Em sintonia com essa nova realidade, foi necessária a adequação da legislação do ICMS, o realinhamento da estrutura organizacional e a implantação de soluções, projetos e inovações. Tudo isso exigiu da equipe da Sefaz-PE a combinação de visão estratégica, conhecimento técnico e expertise operacional. “O monitoramento de contribuintes numa economia estadual em expansão e numa realidade econômica e sociocultural eminentemente multiforme nos faz pensar na complexidade de uma medida tributária que atenda aos princípios da capacidade contributiva e da justiça tributária”, explica a diretora do CPCAF, Gralênia Melo.

A partir de 2011, segundo ela, o modelo de gerenciamento das ações fiscais recebeu importantes mudanças conceituais e de procedimentos. O fortalecimento do CPCAF é uma das marcas mais relevantes. Nesse colegiado, são dirimidos conflitos e garantidos os interesses da política tributária do Estado, num ambiente de integração e de transversalidade necessárias às áreas de atuação. Num clima participativo, gerentes de planejamento e de execução reuniram-se, a cada bimestre, para avaliar os resultados alcançados nas ações e sugerir ajustes ao modelo.

Com um monitoramento constante nos diversos segmentos econômicos, a Sefaz-PE identificou os contribuintes com desvio negativo na arrecadação do ICMS, corrigiu distorções e restabeleceu a ordem tributária para manutenção do equilíbrio econômico.

A reestruturação administrativa da área tributária - com a criação de uma diretoria voltada ao monitoramento de contribuintes estratégicos - permitiu a execução das ações fiscais mais especializadas trazendo, a reboque, o alargamento da base contributiva nas demais diretorias, que direcionaram esforços na ampliação da capilaridade da ação fiscal.

As agências da Receita Estadual (AREs) e postos fiscais passaram por ampla revisão de procedimentos eliminando funções cartoriais e fluxos de baixa efetividade. “Em algumas unidades fiscais são realizadas ações concebidas no formato do CPCAF, com a incorporação do contingente de auditores para atingir todas as áreas de atuação da ação fiscal no Estado”, detalha a diretora.

Ela destaca o salto de 11.000 para 17.500 ações fiscais/ano,



apesar da redução na quantidade de ações/auditor, estabelecida em meados de 2010, e da natural diminuição do quadro fazendário. “Tivemos um incremento de 60% na quantidade de abordagens fiscais”, completa.

As ações de depuração cadastral duplicaram o número de cancelamentos de ofício que passaram de 600 para 1.200 por ano. Com isso, empresas constituídas para prática de ilícitos tributários foram retiradas do mercado e o grau de efetividade da ação fiscal, que mede a relação entre o esforço empregado e o resultado alcançado, subiu de 23% para 40%.

Nos últimos quatro anos, o volume de lançamentos tributários em favor do Estado teve um crescimento real da ordem de 215%, elevando a média anual de R\$ 636 milhões para R\$ 2,04 bilhões. “Mais do que triplicamos a média até então verificada e, até o momento, contabi-



Ambiente participativo, discussões produtivas e alvos definidos pelo CPCAFA asseguraram aumento da arrecadação

lizamos R\$ 8,2 bilhões em lançamentos fiscais nos quatro exercícios recentes, registrando a lavratura dos maiores autos de infração da história da secretaria”, comemora Gralênia.

A razão entre o crédito tributário constituído e a manutenção deste mesmo crédito quando o contribuinte recorre à via administrativa também foi ampliada. “Do montante em discussão no período já obtivemos R\$ 2,2 bilhões julgados procedentes. Dos R\$ 8,2 bilhões constituídos nesse período, R\$ 508 milhões foram recolhidos à vista e mais R\$ 300 milhões estão com parcelamento ativo”, detalha.

A Dívida Ativa do Estado, calculada em mais de R\$ 11 bilhões, representa a parcela de infratores que não responderam às sanções pecuniárias, gerando preocupação para o gestor público. “A positivação dos contribuín-

tes inscritos na dívida ativa no cadastro de devedores da Serasa foi uma medida da atual gestão em parceria com a Procuradoria Geral do Estado. Esse trabalho deixa a marca da responsabilidade com a coisa pública”, lembra Gralênia Melo.

Comparando os números relativos ao resultado ampliado da ação fiscal, que sinaliza a regularização do contribuinte no curso da intimação fiscal, foram computados R\$ 1,2 bilhão nas várias vertentes de inadimplência - um aumento de 122% em relação à média anual alcançada.

De acordo com a diretora, a participação ativa de cada auditor, foi decisiva para a cobrança da totalidade dos débitos fiscais, estabelecendo uma verdadeira mudança cultural. “Trabalhamos de forma integrada e comemoramos os resultados de toda a equipe, com o senso de dever cumprido. Acreditamos numa gestão tributária sólida, que traga um ambiente de segurança jurídica no relacionamento entre o Estado e o contribuinte”, conclui.



Williams Rocha
Antecipação e
Sistemas Tributários

“O CPCAFA representa a modernização do planejamento e avaliação da ação fiscal. O conselho permitiu um avanço muito grande, com um incremento exponencial dos resultados.”



Ricardo Milano
RF Petrolina

“A atual gestão da Sefaz foi marcada por grandes desafios, um salto de qualidade na ação fiscal e mecanismos mais efetivos de controle de desempenho e metas”



Nilo Otaviano
Superintendente
Jurídico

“O CPCAFA representou a sistematização e profissionalização da ação fiscal. O conselho deu mais fundamento às ações com base em consistência de informações dos sistemas fazendários.”



José Cruz
Comissão Técnica
Permanente

“O CPCAFA representa o enfrentamento de desafios com um alto grau de profissionalismo. E torna a Sefaz uma referência nacional no planejamento, avaliação e execução de ações fiscais”



Luciana Antunes
Planejamento da
Ação Fiscal

“O CPCAFA ganhou importância fundamental na Sefaz. O conselho visa proporcionar mais imparcialidade e contribui para que os processos relacionados à ação fiscal fluam de maneira otimizada”



Luiz Rodolfo
Inteligência
Fiscal

“O CPCAFA vem amadurecendo e se consolidando a cada ano, o que evidencia o êxito do modelo da Sefaz-PE. Com isso, conseguimos incrementar os processos relacionados à ação fiscal e registrar um salto nos resultados”



Manoel Vasconcelos
Tributação e
Orientação

“O CPCAFA ganhou dimensão estratégica. A marca do conselho vem sendo um trabalho excelente de pesquisa, planejamento, controle e acompanhamento. Com isso, otimizamos o tempo e ganhamos muito mais eficiência”



Operação Gipsita cerca sonegação no Araripe



Fernando Castilho e Cristiano Dias comandaram a operação que envolveu 250 auditores e policiais

A Operação Gipsita é um marco para a Diretoria de Operações Estratégicas (DOE) da Secretaria da Fazenda. Envolveu o maior efetivo já mobilizado pela diretoria, num total de 80 auditores, 120 policiais civis e 50 policiais militares, que desmontaram um esquema criminoso de fraudes fiscais no Polo Gesseiro do Araripe. Além de desarticular as quadrilhas que atuavam na região, a operação viabilizou uma mudança na legislação tributária para o setor e deixou um impacto permanente na arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Antes do chamado Dia D, foi necessário um ano de investigação e um mês para o planejamento detalhado da ação, idealizada pela Diretoria de Inteligência Fiscal (DIF) e Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária (Deccot) e executada numa parceria com a DOE. As suspeitas surgiram de um comportamento atípico na arrecadação do setor, que entrou em queda sem uma relação direta com a conjuntura econômica. O polo está localizado numa região onde estão localizadas em torno de 1/4 das reservas de gipsita - principal matéria-prima da indústria do gesso - do país e produz 95% de todo o gesso consumido no Brasil.

As investigações apontaram a existência de um esquema organizado, com características de formação de quadrilha, para fraudar o ICMS Frete da gipsita (código 107.3). "Havia uma contaminação em cadeia no segmento, com a participação de pequenas a grandes empresas. E os empresários que não aderiam à fraude enfrentavam a concorrência desleal", destaca o gerente de Ações Fiscais Estratégicas, Fernando Castilho.

Uma das estratégias era a criação de empresas com sócios fictícios, conheci-

dos como "filtros" ou "laranjas", de forma a que os verdadeiros donos e destinatários das cargas não aparecessem nas transações. Além disso, eram emitidas notas fiscais eletrônicas "frias" nas vendas do minério para vários estados. Os documentos de Conhecimento de Transporte (CTRC) também eram falsos. O prejuízo para os cofres públicos chegava a R\$ 10 milhões por ano.

Na fase que antecedeu o Dia D, foram identificados 25 operadores do esquema, emitidos 34 mandatos de busca e apreensão e 11 mandatos de prisão. No dia 6 de dezembro de 2011, o então secretário da Fazenda e atual governador eleito Paulo Câmara fez a abertura dos trabalhos, em Salgueiro, após os integrantes da operação passarem a noite em Serra Talhada, a 270 quilômetros do polo. "Tudo foi planejado de acordo com parâmetros de inteligência, incluindo a logística", afirma o gerente de Ações Fiscais, Articulação e Projetos, Cristiano Dias.

O resultado foi a prisão de todos os operadores do esquema, além da apreensão de 48 computadores e impressoras, 10 malotes, carimbos e um grande volume de documentos fiscais falsos. Também se observou a necessidade de aprimorar a legislação para evitar o risco de repetição do esquema. O então governador Eduardo Campos baixou o decreto 37.671, no final de de 2011, incluindo o setor gesseiro no sistema de antecipação tributária do ICMS, nas operações interestaduais. O impacto da operação e seus desdobramentos no ICMS foi de 1.147%. A arrecadação do polo passou de R\$ 1,5 milhão no acumulado de 2011 para R\$ 18,7 milhões nos 12 meses de 2012 e, desde então, mantém essa média.



Quadrilha desarticulada no Vale do São Francisco



Ricardo Milano e a equipe da regional intensificam a fiscalização em vários segmentos

A III RF Petrolina conseguiu identificar e combater uma quadrilha formada por 30 empresas de fruticultura do Vale do São Francisco que movimentaram, irregularmente, R\$ 136 milhões em cargas entre janeiro e agosto desse ano e chegaram a emitir 24,4 mil notas fiscais frias, sem recolhimento do ICMS frete. O esquema era semelhante ao investigado pela Operação Gipsita, com um detalhe interessante: quatro sócios fictícios figuravam na inscrição estadual de todas as empresas. Esse trabalho foi possível graças ao perfeito entrosamento entre as equipes dos postos fiscais no controle da passagem das cargas irregulares e do GEAF no monitoramento da emissão de notas frias.

A regional tem concentrado esforços no monitoramento rigoroso da emissão de notas fiscais, especialmente nos setores de maior peso da sua área de atuação. Os produtores de frutas do Vale e as empresas de gipsita e gesso do Polo do Araripe estão entre os alvos considerados prioritários e são monitorados manualmente.

Graças a esse trabalho, o esquema foi detectado, investigado e vem sendo combatido, na fruticultura. Entre os indícios que chamaram a atenção dos auditores, havia a retração do ICMS Frete no setor. "Nossas projeções com base nas movimentações do segmento apontavam um incremento de 10% no recolhimento do tributo graças ao crescimento do número de empresas regularizadas a partir de nossas ações. Fomos surpreendidos com esse comportamento totalmente fora do previsto", compara o diretor da regional, Ricardo Milano. Ele também afirma que as investigações apontaram a participação de transportadores

de carga – os chamados "atravessadores" – na fraude. Os produtores envolvidos atuavam no cultivo da uva, manga, goiaba, acerola e melão, entre outras frutas. As cargas irregulares tinham como principais destinos os Estados do Sudeste e Sul. Milano acrescenta que, no caso do Polo Gesseiro, a Operação Gipsita e seus desdobramentos conseguiram impedir o surgimento de novos esquemas de evasão fiscal. "Acompanhamos rigorosamente as empresas de extração e a indústria do gesso, bem como a emissão de notas fiscais. Sabemos até mesmo qual o impacto da atual crise econômica no segmento. Nada passa despercebido", conta o diretor.

Outro setor que está na mira da regional é o varejo da linha branca de eletrodomésticos. A III RF vem realizando uma verdadeira ofensiva no segmento, com maior número de diligências e a cobrança de débitos fiscais em atraso. Um dos casos registrados foi de uma loja que utilizava, para sonegação, um dos seus três equipamentos emissores de cupom fiscal (ECF). As vendas realizadas nesse equipamento não eram informadas ao Fisco. A empresa foi autuada em cerca de R\$ 1,5 milhão em agosto e obrigada a regularizar o ECF adulterado. Vale ressaltar que, juntos, os setores de fruticultura, gipsita/gesso, varejo de eletrodomésticos e varejo de material de construção representam cerca de 50% da arrecadação do ICMS da regional, integrada por 31 cidades do Sertão. O município de Petrolina representa, sozinho, 50% de todo o bolo do ICMS na Região Fiscal, que somou R\$ 244,9 milhões de janeiro a setembro desse ano. Houve um incremento de 10,7% sobre o mesmo período do ano passado.

Petrolina representa cerca de 50% do ICMS da III RF



Cresce formalização no Polo de Confecções

Ampliar a regularização de empresas num dos maiores centros produtores da indústria de confecções no Brasil. Este tem sido um dos principais desafios da II RF, sediada em Caruaru. O Polo do Agreste - formado por Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Caruaru e outros 10 municípios - é o maior gerador do ICMS em toda a região e responde por R\$ 16 milhões de arrecadação por mês. Por outro lado, o trabalho necessário para a formalização é proporcional aos números. A informalidade ainda atinge níveis elevados. "Chega a sobrar crédito financeiro na região por falta de empresas regularizadas", avalia o Gerente Regional de Ações Fiscais da II RF, José Márcio dos Santos.

Apesar das dificuldades, o trabalho da Sefaz-PE avança. "Hoje, temos até quiosques com inscrição estadual e equipamentos para emissão de nota fiscal eletrônica. É uma mudança grande em comparação a um passado recente", analisa. Uma pesquisa de 2013 do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) aponta que o polo de confecções é o segundo do país, perdendo apenas para o Estado de São Paulo. Os números do Sebrae contabilizam, no Agreste pernambucano, 20 mil empresas do setor, responsáveis pela geração de 100 mil empregos e a produção de 900 milhões de peças por ano.

A estratégia da II RF para a formalização dos negócios inclui a realização sistemática de palestras e reuniões de educação fiscal. "Os resultados dessas ações devem ser esperados por etapas e num longo prazo, pois envolvem a mudança de uma cultura calcada no mercado in-



Equipe da II RF: ação integrada na regularização e combate à sonegação no Polo do Agreste

formal", diz o gerente. A regional também tem reforçado a fiscalização no setor. Os postos fiscais atuam de forma integrada às Agências da Receita Estadual e à Gerência de Ações Fiscais (GEAF).

"Essa é a outra forma de atuação, mais repressiva. E precisa ser executada para impedir a concorrência desleal. As empresas formais nos cobram uma ação contra as que não pagam impostos", detalha o Gerente Regional da Receita na II RF, Miguel Feliciano. Segundo ele, neste trabalho integrado, os postos fiscais se encarregam das ações repressivas de abordagens no trânsito das mercadorias e em depósitos clandestinos, além de coletar informações para subsidiar a GEAF no planejamento das

ações fiscais de abordagem de estabelecimentos. As Agências, no atendimento diário, orientam os contribuintes regularizados ou que decidem se regularizar, além de realizar a cobranças de créditos tributários e a depuração cadastral de empresas.

Além do setor de confecções, os mais representativos da arrecadação na regional são os de atacado de alimentos com R\$ 14 milhões/mês, varejo em geral, R\$ 12 milhões/mês e, varejo de material de construção, R\$ 10 milhões mensais. Ao todo, o ICMS totalizou R\$ 81 milhões em setembro passado na II RF Caruaru e, no acumulado de janeiro a setembro de 2014, 10% de incremento sobre o mesmo período do ano passado.



I RF Sul reverte ressarcimentos de R\$ 169 milhões

Dentre tantas tarefas da Sefaz PE, a homologação de pedidos de ressarcimento é estratégica. Ao tempo que atendemos ao pleito do contribuinte em rever o "quantum" foi cobrado, temos a oportunidade de conferir a escrita do período. Foi com esse compromisso que analisamos vários pedidos de ressarcimento de créditos tributários de centrais de distribuição (CDs) ligadas a grandes grupos varejistas. Como exemplo, tivemos dois pedidos de ressarcimento que chegou a R\$ 169 milhões. A estratégia da Regional foi realizar uma auditoria minuciosa, com atenção nas possíveis irregularidades, esclarecendo as divergências e atuando o contribuinte, quando cabível.

"Num momento de economia desacelerada, corríamos o risco de afetar negativamente a arrecadação se não houvesse uma ação articulada e coordenada. O primeiro pedido, de R\$40 milhões em setembro de 2012, levou à realização de duas auditorias, envolvendo duas gerências da RF e a colaboração da Diretoria de Tributação e Orientação (DTO)", analisa o gerente Geral da I RF Sul, Daniel Aquino.

A conclusão dos auditores Élide Mariano, José Fernando Malta e Jorge Sá foi pelo reconhecimento de R\$ 4

milhões em ressarcimento. Por outro lado, as irregularidades constatadas resultaram em autos de infração que somaram R\$ 40 milhões, dos quais R\$ 11 milhões já foram pagos pelo contribuinte.

Em dezembro de 2013, a situação se repetiu com mais intensidade. As centrais da mesma rede pediram o ressarcimento de R\$ 129 milhões, mais que o triplo do primeiro pedido.

Foram realizadas novas auditorias que reconheceram R\$ 40 milhões em créditos a serem reembolsados. Porém, mais uma vez foram constatadas infrações, que resultaram em cinco autos, totalizando R\$ 134 milhões, dos quais R\$ 8 milhões já foram quitados.

A lista extensa de irregularidades encontradas inclui o crédito de ICMS inexistente decorrente de estorno de débito sem previsão legal; créditos irregulares de ICMS relacionados à energia elétrica; autorressarcimento indevido; saídas internas e interestaduais sem destaque do ICMS e o não recolhimento da substituição tributária. "Faz parte do trabalho dos auditores fiscais analisar o correto emprego da Legislação pertinente, mesmo nas grandes empresas. O que surpreendeu, nesse caso, foi o grande volume e a reincidência", analisa Daniel Aquino.



Élide, Daniel Aquino e Jorge Sá: auditorias minuciosas no segmento de centrais de distribuição

A situação encontrada levou a RF Sul a estruturar um trabalho preventivo permanente no segmento de CDs, baseado na educação fiscal, conscientização e acompanhamento sistemático do setor. "Um dos pontos é mostrar para as empresas as consequências que podem ser geradas pela atuação irregular, como a positivação da inscrição no cadastro da Serasa, o risco de execução judicial nas esferas fiscal e criminal, danos à imagem no mercado e até prejuízo em bolsa de valores, no caso de empresas de capital aberto. O balanço desse trabalho é extremamente positivo", ressalta Aquino.



Recorde de autos no setor de combustíveis

A Operação City Gate, realizada pela Diretoria de Fiscalização Estratégica (DFE) no segmento de gás natural, vem lavrando os maiores autos de infração de toda a história da Secretaria da Fazenda de Pernambuco. A geração de recordes de créditos tributários se deve à mudança unilateral na sistemática de recolhimento do ICMS por parte de um grande contribuinte do setor de combustíveis. O volume de créditos chega a R\$ 802 milhões, referentes a três autos, lavrados em novembro de 2011 (R\$ 376 milhões), abril de 2013 (R\$ 239 milhões) e abril de 2014 (R\$ 187 milhões).

O contribuinte, sem comunicação prévia aos Estados consumidores de gás natural, decidiu mudar o entendimento tributário na comercialização do produto, no segundo semestre de 2007, e concentrar o recolhimento do ICMS nas unidades produtoras. Em Pernambuco, houve uma queda de arrecadação de R\$ 2 milhões/mês. O contribuinte passou a alegar que o formato anterior era um equívoco, pois os city gates funcionam como meros transportadores do produto. Portanto, o gás transportado não sofre nenhum processo industrial não cabendo diferença de alíquota ou qualquer outro tipo de tributação para o Estado, nessa comercialização.

Desde então, vem sendo travada uma batalha jurídica entre o contribuinte e a Sefaz PE. Inicialmente autuado e ainda na esfera administrativa, o contribuinte solicitou uma perícia técnica que, acompanhada de auditores da secretaria e com participação da Procuradoria Geral

do Estado (PGE), visitou todos os city gates localizados em Pernambuco, além de unidades de produção do gás natural no Rio Grande do Norte e Alagoas.

O trabalho se estendeu por três meses e a perícia comprovou o que a Sefaz PE já acreditava: ao contrário do que alega o contribuinte, as atividades realizadas nos city gates - filtragem, aquecimento e medição para o cálculo do volume de gás entregue à distribuidora do governo estadual, a Copergás - constituem industrialização do produto.

Com base nesse laudo, foi dado prosseguimento ao processo administrativo tributário. Foi lavrado um auto de infração, referente ao período entre outubro de 2007 e julho de 2011, julgado na turma e no pleno do Tribunal Administrativo e Tributário de Pernambuco (TATE), em julho desse ano. A decisão do TATE, favorável à Sefaz-PE considerou o processo totalmente procedente. Não cabe mais recurso na esfera administrativa, apenas a judicial. Como o contribuinte manteve o procedimento irregular, foram lavrados mais dois autos.

O mesmo contribuinte, juntamente com três distribuidoras de combustíveis, vem sendo alvo da DFE devido a infrações em outro segmento: o de querosene de aviação (QAV). Nesse caso, a irregularidade consiste no abastecimento de aeronaves em Pernambuco sem o recolhimento do ICMS. Os voos internacionais são isentos do tributo. No caso dos voos domésticos, o imposto deve ser recolhido integralmente. "Verificamos que essas



Elias, Vilarim e Marques acompanham o segmento de perto

empresas passaram a não pagar imposto em nenhuma operação, incluindo no caso de voos nacionais", destaca Elias Alexandrino.

Os autos referentes ao QAV já chegam a R\$ 574 milhões. A produtora de combustíveis reconheceu a irregularidade e voltou a pagar o imposto em julho de 2012.

O auditor fiscal Sílvio Vilarim, da DFE diz que "esse trabalho é de extrema importância para Pernambuco, pois, a partir disso, podemos detectar infrações de forma mais eficaz". O gerente do Segmento Econômico de Combustíveis e Usinas, Sílvio Marques, afirma que "o planejamento da ação fiscal em conjunto com a diretoria de execução resulta na otimização dos resultados obtidos, com a correta sustentação legal e obtenção de volumes significativos de créditos tributários constituídos".



Meta de crédito tributário é superada em 42%

A implantação do projeto piloto dos Núcleos de Ação Fiscal (NIFs), implementação da telemetria da ação fiscal, acompanhamento proativo da carteira de contribuintes nas agências da Receita Estadual (AREs) e a identificação de novas formas de sonegação. Essas quatro linhas de ação vêm sendo adotadas pela I Região Fiscal Norte (I RF Norte) como pilares da gestão da diretoria.

A estratégia vem se traduzindo em resultados que superam as expectativas. Para se ter uma ideia, o crédito tributário lavrado no acumulado de 2013, somado ao de janeiro a agosto de 2014, atingiu R\$ 1,1 bilhão - R\$ 327 milhões acima da meta de R\$ 773 milhões. "Superamos a previsão em 42%", comemora o responsável pela Gerência Técnica de Ações Fiscais, Articulação e Projetos (GTAP), Cristiano Pinheiro. Do valor global de créditos no período de 20 meses, R\$ 133 milhões já foram pagos. Também foram quitados R\$ 17,8 milhões referentes à inadimplência.

Em setembro passado, impulsionada pelo cerco à sonegação, a arrecadação total da regional chegou a R\$ 297 milhões, dos quais R\$ 32 milhões (10,7%) referentes à inadimplência e débitos recuperados.

No caso da implantação do NIF piloto, parte da equipe que atuava nos postos fiscais de Goiana e do Aeroporto dos Guararapes foi redirecionada para desenvolver



Cristiano Pinheiro monitora os maiores contribuintes da regional

ações específicas como a cobrança do ICMS de fronteira, fiscalização de cargas que não passam pelos postos (o chamado Posto 11) e verificação da regularidade de equipamentos emissores de cupom fiscal (ECF).

A telemetria da ação fiscal utiliza ferramentas de TI para o cruzamento de informações dos diversos bancos de dados da Sefaz-PE. Alguns softwares de apoio à decisão permitem ao usuário produzir e desenvolver suas próprias consultas e análises a partir de dados extraídos dos sistemas. "Estamos utilizando essas ferramentas para

um acompanhamento preliminar e sistemático das ações fiscais de todas as nossas unidades, como AREs, postos e gerências e também na produção dos relatórios bimestrais da Sefaz-PE", afirma Cristiano Pinheiro.

O acompanhamento da carteira de contribuintes redireciona esforços das AREs. Ao invés de simplesmente aguardar as demandas de atendimento dos contribuintes, as equipes passaram a monitorar rigorosamente os grandes contribuintes, fazendo um trabalho preventivo que tem impacto na receita, pois restringe as possibilidades de sonegação. Atualmente, dos 90 mil contribuintes da regional, cerca de 450 são acompanhados como atividade de rotina. São empresas em que estão concentrados 60% de toda a arrecadação da regional.

"Entre as informações que analisamos, estão a compra e venda de produtos, as operações interestaduais, o recolhimento do ICMS nas datas legais, o pagamento de débitos já constituídos, a existência de parcelamentos em atraso, a verificação de pendências de malha fina e a entrega de documentos no Sistema de Escrituração Fiscal, o SEF", detalha o gerente. A identificação de novas formas de sonegação envolve as cinco gerências de arrecadação. É realizado um trabalho de cruzamento de informações contábeis e fiscais das empresas.



SJF: sinergia com a Procuradoria Geral do Estado

Uma das prioridades da Sefaz-PE é a sinergia da Superintendência Jurídica da Fazenda (SJF) com a Procuradoria Geral do Estado (PGE). O resultado do trabalho conjunto vem se traduzindo num salto de qualidade na defesa dos interesses do Governo de Pernambuco na área tributária e financeira, tanto na esfera administrativa, quanto na judicial.

“Quebramos paradigmas, abolindo o modelo compartimentado. Hoje, temos reuniões sistemáticas com a PGE, compartilhamos informações e discutimos estratégias conjuntamente”, destaca o gerente jurídico Alberto Cardoso. Ele explica que o primeiro passo para se alcançar esse nível de parceria foi o fortalecimento da SJF no novo organograma da Sefaz-PE.

Na atual estrutura organizacional, a superintendência passou a ser o único canal institucional de relacionamento com a Procuradoria. Essa definição está na Portaria SF nº 78/2013. Antes, para cada demanda, a PGE acionava uma área diferente da secretaria ou várias áreas. Com a mudança, a interlocução foi concentrada, garantindo mais confiabilidade às informações e permitindo à Sefaz-PE ter conhecimento de todos os processos e decisões de seu interesse.

A fase seguinte foi integrar a SJF e a PGE para atuarem em sincronia, com rotinas comuns envolvendo auditores e procuradores. Esse trabalho conjunto envolve o acesso da Sefaz-PE ao Sistema de Automação Judicial da Procuradoria (SAJ) e o da PGE ao e-Fisco – preservados os limites do sigilo fiscal. “Quando a informação em

questão está protegida pelo sigilo, a Procuradoria nos solicita e nós avaliamos a pertinência, conforme determina a legislação”, detalha Cardoso. O SAJ, por sua vez, contém todas as petições iniciais, ações, históricos, defesas e contestações nas demandas judiciais que envolvam o Governo do Estado.

A integração permitiu uma grande evolução no trabalho da Sefaz-PE e da PGE, com otimização do tempo, maior confiabilidade das informações e mais assertividade na tomada de decisões. Também gerou uma interpretação única das decisões judiciais em toda a máquina fazendária. Além disso, todas as demandas judiciais e administrativas em que a Sefaz-PE figura, direta ou indiretamente, como parte interessada passaram a ser comunicadas à secretaria de maneira mais eficiente. “Em nosso dia a dia, discutimos com a Procuradoria o entendimento jurídico das questões envolvidas nessas demandas”, conta o gerente de Acompanhamento das Ações Fiscais da SJF, José Harlan Nóbrega.

Na esfera administrativa, a SJF e a PGE atuam conjuntamente nas ações que tramitam no Tribunal Administrativo e Tributário do Estado (Tate) e no Conselho de Contribuintes da Receita Federal, quando Pernambuco é parte interessada. Vale ressaltar que cerca de 90% das



Alberto Cardoso (de terno), José Harlan (centro) e a equipe da superintendência

demandas da SJF são judiciais e 10%, administrativas, envolvendo questões como matérias financeiras e trabalhistas. “Em alguns casos, a repercussão para os cofres públicos pode ser muito grande, o que só reforça a importância dessa parceria”, diz Nóbrega.

A superintendência e a Procuradoria também marcam presença, juntas, no campo da prevenção. São analisadas as jurisprudências, especialmente as Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, auditores e procuradores acompanham de perto quando alguma norma da área fiscal está sendo questionada em outro Estado e observam atentamente qual a tendência do Judiciário nesses casos. É uma estratégia importante para evitar ações e, conseqüentemente, prejuízos para o governo de Pernambuco.



Pernambuco defende isenção para os bens de capital

Pernambuco vem marcando sua atuação no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) como principal defensor de uma política para desonerar as aquisições de bens de capital. O Confaz reúne representantes das secretarias da Fazenda de todos os Estados. A ideia é que máquinas e equipamentos adquiridos pelo setor produtivo não sejam taxados com o ICMS, o que beneficiaria principalmente os Estados menos industrializados ou em fase de industrialização.

“Esse é um pleito histórico recorrente dos empresários e que assume enorme importância na atual conjuntura, em que o País necessita de ações concretas e urgentes para enfrentar a crise econômica”, afirma o coordenador da Comissão Técnica Permanente do ICMS na Sefaz-PE (Cotepe), José Cruz.

Ele destaca que a proposta conta com uma forte oposição dos Estados mais ricos, onde também está concentrada a produção de máquinas e equipamentos. “Essa posição é equivocada, pois leva em conta apenas a suposta perda de arrecadação. Não se está considerando o incremento do ICMS que pode ser gerado com o estímulo ao setor industrial que, no Brasil, é o mais penalizado pela crise internacional”, acrescenta.

A aquisição de bens de capital é tributada normalmente pelos Estados com o ICMS e gera créditos a serem



José Cruz é o representante de Pernambuco no Confaz

ressarcidos em 48 meses. O que em muitos casos, contribui para descapitalizar as empresas que pagam o imposto de uma vez mas recebem os ressarcimentos parcelados ao longo de quatro anos, como desconto no ICMS dos produtos. Pernambuco é contra essa distorção.

Apesar da resistência, a articulação da Cotepe vem gerando resultados. Uma primeira conquista de Pernam-

buco foi a decisão do Confaz de reduzir provisoriamente o prazo para ressarcimento dos créditos fiscais nessas operações para 24 meses. A redução vale para as aquisições realizadas entre agosto de 2014 e janeiro de 2015.

Em outra frente, o Estado mantém a defesa da desoneração total dos bens de capital, além de matérias-primas e insumos necessários a sua produção. Com esse teor, a Cotepe elaborou e apresentou, em agosto de 2012, a Proposta de Convênio (PC) Confaz 52, que não foi aprovada. Vale ressaltar que os convênios do Confaz têm validade para todas as secretarias da Fazenda do País.

Os Estados pró-desoneração não desistiram e a proposta já passou por várias discussões e alterações nos últimos dois anos. Uma delas foi a criação de um substitutivo, com uma lista de máquinas e equipamentos que seriam isentos. Essa mudança foi feita para atender às secretarias da Fazenda que têm se posicionado contrárias ao projeto. Atualmente, a PC que trata do assunto é a de número 137/2013, que está sendo analisada e aperfeiçoada por um Grupo de Trabalho especial do conselho. Uma das missões do chamado GT 26 é atualizar a lista de itens que serão isentos. “Estamos firmes e vamos nos manter mobilizados”, ressalta José Cruz.



Opinião

Maria do Carmo Martins
Assessora da SRE

“A partir de estudos em profundidade dos gerentes de segmentos econômicos, as ações fiscais são propostas respeitando a realidade das regionais e das diretorias, responsáveis por executá-las com máxima eficiência. A integração de todos esses elos se dá justamente no CPCAF”

• On line

A DTO está incrementando a produção e atualização dos informativos fiscais divulgados no site da Sefaz-PE. As orientações para os contribuintes estão no formato de perguntas e respostas a partir das dúvidas que chegam pelo teletendimento ou por e-mail. Como resultado, os atendimentos para informações por telefone caíram de uma média de 100 por dia para apenas 30. De 2010 a 2014, 50 informativos foram publicados na web.

• Auditoria rigorosa

A Sefaz-PE está avaliando com rigor máximo os pedidos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referentes a contratos firmados com o Governo do Estado. Um caso emblemático é o de uma grande construtora, que solicitou um ajuste de R\$ 40 milhões à I RF Norte, relativos a uma obra da Copa do Mundo. Os auditores fiscais concluíram que a recomposição é 20 vezes menor: R\$ 2 milhões. O parecer final sairá da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

• Eletroeletrônicos

A Operação Curto-circuito, realizada pela DOE desde junho de 2013, está fechando o cerco à sonegação no segmento de varejo de eletroeletrônicos. O esquema envolve uma fraude conhecida como triangulação de mercadorias, que inclui a “criação” de centrais de distribuição - em muitos casos, fictícias, em outros Estados do Nordeste onde emitem notas fiscais. O objetivo é simular vendas interestaduais e evitar o recolhimento do ICMS em Pernambuco. Ao todo, R\$ 20 milhões em mercadorias foram apreendidas na fase mais recente da operação.

• Petrolina em alta

A ARE de Petrolina ficou em 1º lugar no Estado na pesquisa de satisfação do público encomendada pela Sefaz-PE. O levantamento foi realizado, no início do segundo semestre, em todas as unidades de atendimento da secretaria, incluindo as virtuais. Numa escala de 0 a 5, a agência obteve média 4,6. Foram analisados, entre outros critérios, a agilidade, qualidade no serviço, situação das instalações físicas e a acessibilidade para pessoas com deficiência e estacionamento.



• Cabotagem

O Projeto de Fiscalização de Cabotagem, em fase final de desenvolvimento pela I RF Sul, promete ampliar em escala exponencial o alcance do trabalho da Sefaz-PE. O objetivo é incluir o modal marítimo entre as prioridades, considerando o impacto na logística estadual provocado pelo incremento das operações no Complexo de Suape. No primeiro semestre de 2014, Suape registrou um incremento de 42% na movimentação de cargas.



Eduardo Campos e a Secretaria da Fazenda de Pernambuco



O ponto de mutação. Este é o título em português de uma das primeiras e mais importantes obras do escritor austríaco Fritjof Capra, que reflete sobre o ponto de inflexão teórica e prática no âmbito da física – passando de uma concepção mecânica e cartesiana baseada nas teorias de Isaac Newton para a concepção quântica e holística. Aqui, ele serve apenas como lembrete à mudança de paradigma ocorrida na Secretaria da Fazenda de Pernambuco alterando, definitivamente, os destinos de uma geração de servidores.

O que poderia constituir um corriqueiro momento de crise daria origem a uma revolução política e administrativa, cujos efeitos ainda hoje reverberam, assumindo feições de uma revolução pacífica, porém firme, inovadora, crescente, aberta e inclusiva, a serviço do desenvolvimento econômico e social de Pernambuco, prenúncio de uma iminente mudança ainda mais abrangente.

Corria o ano de 1996. O abismo entre dirigentes e funcionários produzia, na Sefaz-PE, um clima de crescente insatisfação. A questão salarial era fator de discórdia e descrédito entre as lideranças. Para dirimir conflitos e restaurar a normalidade numa secretaria estratégica, decidira-se que o novo interlocutor e condutor do processo gozaria da máxima legitimidade política. Entre paredes, questionavam-se suas efetivas competências para tarefa tão espinhosa. O jovem de 30 anos, naquele momento, constituiria “o ponto de inflexão” na história da secretaria e dos seus servidores.

Nos primeiros dias de sua chegada, pairavam dúvida e esperança. Dúvida quanto aos seus reais interes-

ses. Impor a força do governo? Fazer funcionar a máquina e garantir a governabilidade? Evitar a contaminação do tecido administrativo no que se assemelhava a uma nefasta insubordinação? Atender reivindicações pontuais de uma “arrogante e interesseira” categoria, colocando-a “em seu devido lugar” a fim de que as coisas retornassem ao leito normal da “tecnocracia de sempre”?

A sementeira. Paradoxalmente, a chegada de Eduardo Campos provocara uma revolução não por eventual arrogância, mas por sua genuína humildade. Desconhecia procedimentos, mas manifestava expressa vontade de aprender minúcias do cotidiano fazendário. Ouvira antes a dois respeitados ícones que o antecederam à frente da pasta da Fazenda. E, no pequeno auditório do nono andar do prédio sede, na Rua do Imperador, reuniu chefes dos mais diferentes lugares e distâncias do Estado, exercendo, como ninguém, a arte de dialogar, com predileção para a escuta. Semeando boa vontade conquistou opositores, dando-lhes a oportunidade para que apresentassem suas razões, desde que se somassem a seus transparentes propósitos.

Como o agricultor que enxerga na semente lançada o fruto a ser colhido, demonstrava paciência e estabelecia parcerias com técnicos, aos quais tratava pelo próprio nome. Com formação em Economia, assimilara o zelo e a defesa dos interesses públicos sob a ótica fazendária, dominando sua lógica, linguagem e luta contra a sonegação fiscal.

À semelhança dos agentes multiplicadores da educação fiscal, falava com desenvoltura sobre temas tributários e financeiros. Transformara-se num auditor, agregando-lhe visão estratégica. Valorizara a técnica, dando-lhe, porém, força e direção política. Via cada atividade em articulação com as demais; investia em talentos e potencialidades.

Respaldava cada ação fazendária. E cobrava do planejamento, justiça tributária. Não ostentava poderes. Realizava a missão de colocar a instituição a serviço da sociedade. Rompera com arraigada cultura que conferia a quem exercia cargos dessa natureza o título de “doutor”, eliminando distâncias e aproximando colaboradores.

Era simplesmente Eduardo, o que não diminuía o respeito e a admiração dos que a ele se dirigiam. Respeito que lhe permitia cobrar - sem autoritarismo - compromisso, responsabilidade, competência técnica, eficiência e eficácia nas ações, executadas segundo um planejamento do qual participava, direta e incansavelmente.

A colheita. A solução dos conflitos originários permitira-lhe exigir compromisso e respeito à coisa pública. Quando um dirigente não respondia suas indagações sobre algum procedimento, emergia um secretário sedento de conhecimento.

Relevava falta de objetividade ou eventual presunção de quem esgrimisse condição técnica, enquanto se deixava cativar por auditores, agentes administrativos, prestadores de serviço e policiais de apoio aos postos fiscais, que atuavam nos lugares mais ermos e inóspitos. Nascia assim uma relação sincera, que transformaria a instituição num celeiro de talentos.

Numa luta desigual para viabilizar financeiramente um Estado dependente dos repasses da União, assumira, com riscos pessoais, complexos desafios em defesa de um governo à frente do qual estava Miguel Arraes, mentor e fiador de suas potencialidades políticas. Eleito duas vezes governador, Eduardo obteve o reconhecimento social do seu compromisso político com o desenvolvimento econômico e a justiça social. Tragicamente, partiu para a eternidade. Mas deixou um legado para o qual a Secretaria da Fazenda teve a honra de contribuir com o melhor do seu capital humano; excelência técnica, parceira na realização do sonho maior de Eduardo Campos: servir ao povo pernambucano.

Disseminação de uma filosofia. Entre Eduardo e a Sefaz-PE não havia apenas empatia, muito menos oportunismo. Fosse assim, sua sucessão levaria ao esquecimento ou à indiferença. Foi na Sefaz-PE que encontrou terreno fértil à semente que havia lançado. Nela fez escola, transformando-a em celeiro ao qual recorreria quando governador, para colocar em prática sua concepção de gestão pública. Dela saíram quadros para contribuir com a gestão das diversas secretarias de Estado: Controladoria, Planejamento, Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Saúde, Educação e outras. E também para as empresas públicas do Estado.

Seja como secretário ou governador, Eduardo Campos deixou na Secretaria da Fazenda uma indelével marca. O atual secretário e o mais simples servidor compartilham da convicção de que ele não viveu em vão. Elevou, com seu exemplo, o padrão de excelência na prestação de serviços públicos. Já não basta cumprir formalidades: interessa moralidade e eficiência; excelência e respeito à cidadania. Os secretários que o sucederam se depararam com similares padrões de exigência. Os governadores, a partir de agora, idem.

Em todo caso, poderão recorrer aos registros de sua passagem: integridade, compromisso e responsabilidade pública. E à lembrança de seu sorriso sempre presente, diante do qual o mais simples funcionário se sentia valorizado em sua dignidade e provocado a dar o melhor de si. Sob o silêncio produzido por sua ausência e contagiados por sua transbordante alegria de “viver para servir”, cada fazendário é convidado a refletir sobre sua própria prática profissional à luz da liderança efetivamente servidora do saudoso, Eduardo Campos.



Texto: Valdeblan Siqueira
Superintendente técnico da Sefaz-PE



Ações da DPC geram incremento de arrecadação

Luciana Antunes | Diretora de Planejamento da Ação Fiscal

A implantação de medidas para o aprimoramento da gestão em sua estrutura de arrecadação, fiscalização, controle e incremento da receita estadual teve a participação estratégica da Diretoria de Planejamento da Ação Fiscal (DPC) com a propositura de novas políticas tributárias, implantação de novos mecanismos de controle da arrecadação, bem como o desenvolvimento especializado do quadro desta diretoria.

Esta afirmação pode ser constatada através da alteração na sistemática para comercial atacadista que foi reformulada em 2012, após 10 anos, e com alterações diversas na legislação tributária para viabilizar as operações dos centros de distribuição, facilitando sua logística no Estado. Como mecanismo de controle da arrecadação, implantamos a positividade dos contribuintes devedores do ICMS na Serasa e participamos da criação, pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, do Escritório de Recife, numa parceria da Receita Federal do Brasil (RFB), Sefaz-PE e a Prefeitura do Recife. Esta diretoria conta, ainda, com a participação de dois auditores no Programa Minerva, promovido pela George Washington University, em Washington (EUA).

A legislação estadual pertinente aos contribuintes da sistemática atacadistas não atendia às expectativas da fiscalização, nem à correta aplicação pelos contribuintes, tendo em vista sua complexidade. Numa ação integrada com a área de execução e com o setor atacadista, a gerência de segmento formatou ajustes na sistemática e viabilizou um maior controle do segmento, sem aumento de carga tributária. Desta forma, "a implantação da sistemática permitiu estancar o acúmulo de saldo credor, com o estorno de R\$ 25,2 milhões e permitiu maior controle dos contribuintes, trazendo com isso um incremento de arrecadação pela aplicação correta da legislação", disse a gerente do segmento à época, Jarise Holanda.

As centrais de distribuição instaladas em Pernambuco tiveram sua logística inviabilizada com a implantação da substituição tributária de forma ampla em 2010, tendo em vista ressarcimento e restituição devidos pela antecipação e substituição tributária. Pernambuco por ser um Estado com uma posição geográfica estratégica em relação ao Nordeste e Norte do país conta com vários investimentos de centrais de distribuição consolidados.

A administração fazendária ajustou a legislação estadual para minimizar os impactos da substituição tributária adotada. No início da gestão, estes ajustes proporcionaram um recolhimento de R\$ 40 milhões referentes a procedimentos indevidos anterior aos novos ajustes. Em contrapartida, o contribuinte teve seus créditos auditados e homologados seu uso, viabilizando a permanência do investimento neste Estado. Ainda em relação a central de distribuição, detectamos a existência de benefício fiscal incompatível com a realidade atual do Estado, assim sendo o mesmo foi revogado. Esta medida teve vários impactos: permitiu estancar o acúmulo de



saldo credor ocasionado pelo referido benefício, com a regularização de R\$ 19,2 milhões; desistência de ações judiciais contra a antecipação tributária; elevação da arrecadação para R\$ 1,2 milhões/mês e a ampliação do centro distribuidor para o Norte/Nordeste com importação pelo Porto de Suape, tendo em vista maior segurança jurídica dada pelas novas regras adotadas.

Já os débitos tributários inscritos em dívida ativa do Estado de Pernambuco constante da Certidão de Dívida Ativa (CDA) gozam da presunção legal de liquidez, certeza e exigibilidade. A inscrição em dívida ativa representa um ato de controle de legalidade como procedimento preparatório para execução fiscal. Buscando uma maior efetividade na recuperação do crédito tributário, surgiu a possibilidade do apontamento dos créditos inscritos nos cadastros de proteção ao crédito, como o da Serasa.

Assim sendo a positividade dos contribuintes devedores na Serasa tornou-se uma ação estratégica da Sefaz, tendo em vista que os débitos inscritos em dívida ativa superam o montante de R\$ 10 bilhões. Assim sendo, em 2012, iniciamos a medida através das espécies tributárias da regularização e notificação de débitos, permitindo a regularização de R\$ 30,1 milhões sobre uma base de R\$ 200 milhões de dívida inserida na Serasa.

Em 2014, estamos ampliando esta medida para os débitos do IPVA e os oriundos de autos de infração. Dessa forma, a expectativa de retorno é bem maior, tendo em vista que a base destas positividade supera R\$ 350 milhões. Esta política de combate a sonegação fiscal recorrente e incremento na recuperação de crédito tributário de ICMS dos contribuintes devedores contumazes tem como valor total recuperado, entre janeiro de 2013 e outubro de 2014, R\$ 73 milhões. E

para cada R\$1,00 investido temos R\$ 4.149,23 em recuperação, conforme dados da própria Serasa.

Como forma de controle da arrecadação, a Sefaz está intensificando a fiscalização no segmento do Simples Nacional, que compreende os contribuintes microempreendedores individuais (MEIs), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), totalizando mais de 100 mil contribuintes no Estado. Trata-se de um setor que precisa ser acompanhado de perto, para evitar a concorrência desleal e outras fraudes. Com foco neste controle, a Sefaz tornou-se integrante principal do Escritório de Recife. Só existem outros dois escritórios, instalados em São Paulo e Curitiba. A unidade, criada em 2014, reforça a tradição de Pernambuco na formulação e fiscalização de políticas tributárias, incluindo no âmbito do Simples Nacional. A gerente do Segmento de Microempresas da DPC, Myrian Prazin, intermediou junto à Universidade de Pernambuco (UPE) o uso de sua infraestrutura para a preparação das vídeo-aulas, obtendo um material de ponta para a capacitação de profissionais nesse tipo de auditoria.

Com a integração entre os entes envolvidos e o monitoramento permanente do segmento, tivemos impactos importantes no segmento. "Um deles foi a formalização de muitos contribuintes no correto regime tributário, quer seja MEI, ME ou EPP. Outro resultado são os cancelamentos constantes destes contribuintes, tendo em vista a detecção de empresas filtros pelo monitoramento da gerência", aponta Myrian Prazin.

Na busca de resultados cada vez melhores, a capacitação dos profissionais é uma das armas mais importantes que a instituição possui, de forma que as empresas públicas acompanhem os avanços adquiridos pelo mercado privado. Com foco nesta demanda, a DPC está participando do Programa de Apoio à Modernização e à Transparência da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco (Profisco), no Programa Minerva. Astride Moutinho – auditora do Segmento do Varejo, Grandes Redes e Comércio Eletrônico – e Guido Roberto Cavalcanti Júnior, gerente do segmento de Energia e Telecomunicação, foram enviados para o curso de especialização em Washington (EUA). Astride está defendendo uma tese sobre Comércio Eletrônico. A tese de Guido Cavalcanti trata da Incidência do ICMS sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

A participação da Diretoria Geral de Planejamento da Ação Fiscal nas ações estratégicas da SEFAZ permite a modernização e efetividade da ação fiscal. Diversas frentes podem ser articuladas, quer seja em sistemas, quer seja através de parcerias entre vários órgãos, capacitações para consolidação de conhecimento e integrações entre as áreas desta secretaria para que todos participem do sucesso de uma ação fiscal, principalmente os incrementos de arrecadação oriundos destas medidas.